

ATA DA 146ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois de março de dois mil e vinte e dois, realizou-se a 146ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência, seguindo as diretrizes da Portaria SMOBI Nº118/2020.

Conselheiros presentes: Josué Costa Valadão (SMOBI), Patrícia de Castro Batista (SLU), Adélia Rodrigues Teixeira Rios (SMMA), Wesley Bambirra Rodrigues (SICEPOT-MG), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Pegge Sayonara Mendes (ABES-MG), Fabiano Geraldo Álvares da Silva (FLOLESTE), Antônio Carlos Ferreira de Oliveira (COPASA), Cláudio Jorge Cançado (CREA-MG) e Rogério Pena Siqueira (Especialista).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Teresinha de Jesus Souza Botelho (CMSBH), Rosilene Guedes Souza (CAU-MG) e Raquel Sampaio Jacob (PUC-MG).

Ausências justificadas: Marta Alves Larcher (MPMG).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira, registrando quórum, iniciou a reunião informando os pontos de pauta: apresentação, pela SMOBI, da Prestação do Fundo Municipal de Saneamento – Exercício 2021 e Proposta do Plano de Investimentos do Fundo Municipal de Saneamento – Exercício 2022.

A palavra foi então repassada ao subsecretário da Subsecretaria Municipal Adjunta de Planejamento, Gestão e Finanças da SMOBI, Leandro César Pereira, que procedeu a apresentação. O subsecretário informou que a Resolução COMUSA 002/2021 aprovou os seguintes investimentos: Gestão Ambiental: R\$ 47,50 milhões; Vila Viva: R\$ 44,60 milhões; Resíduos Sólidos: R\$ 11,30 milhões e Fortalecimento Institucional: R\$ 1,60 milhões, totalizando R\$ 105 milhões.

O fluxo de caixa do Fundo Municipal de Saneamento em 2021 ocorreu conforme o apresentado na tabela a seguir. O saldo do FMS ao fim do exercício de 2021 correspondeu a R\$ 24.923.737,41.

FLUXO DE CAIXA		
Descrição	Créditos	Débitos
Saldo 2020	41.066.585,17	
Aporte PBH	31.164.709,19	
Aporte COPASA	56.484.614,85	
Recomposição de Valores Bloqueados	41.388,00	
Reembolsos	22.983.649,98	
Rendimentos Aplicação	1.091.432,93	
Devolução de Saldo e Recomposição da Conta		47.376,98
Pagamentos		101.410.349,33
Desvinculação de Receita		26.450.916,40
TOTAL	152.832.380,12	127.908.642,71
SALDO	24.923.737,41	

O Subsecretário citou que cerca de 80 empreendimentos na componente “Gestão Ambiental” receberam recursos do Fundo, dentre eles o Córrego Marimbondo, a Praça 06 no Córrego do Nado, a galeria do Córrego do Leitão, o Córrego Olaria / Jatobá, dentre outros. Na componente “Vila Viva”, alguns dos empreendimentos executados foram: urbanização da Vila São Tomás / Aeroporto e urbanização da Vila Novo São Lucas. Apresentou-se, ainda, um relatório fotográfico das intervenções realizadas.

O palestrante comentou, ainda, a queda de receita referente aos aportes da Prefeitura, que são as contas de água dos próprios municipais, esclarecendo que a queda de receita se deu devido à pandemia e ao teletrabalho implantado em muitos órgãos da Administração Municipal.

Em seguida, o Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira apresentou a proposta do Plano de Investimentos do FMS para o exercício de 2022, com um montante total de investimentos

previstos de R\$ 100 milhões. O detalhamento da proposta prevê os seguintes investimentos: Gestão Ambiental: R\$ 65 milhões; Vila Viva: R\$ 21,85 milhões, Resíduos Sólidos: R\$ 11,60 milhões e Fortalecimento institucional: R\$ 1,55 milhões, totalizando R\$ 100 milhões.

Encerradas as apresentações, o Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira, franqueou a palavra aos presentes, mas não houve inscritos.

Então, foi colocada em votação a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saneamento – Exercício 2021, aprovada por unanimidade de votos. Em seguida, colocou-se em votação o Plano de Investimentos do Fundo Municipal de Saneamento para 2022, também aprovado por unanimidade de votos.

A Conselheira e representante da ABES-MG, Pegge Mendes solicitou à Conselheira Patrícia Batista um relato sobre as aquisições e intervenções previstas pela SLU com a utilização de recursos do FMS.

Em resposta, a Conselheira e representante da SLU, Patrícia Batista assegurou que as referidas aquisições serão priorizadas. Com relação às obras, esclareceu que cabe à SUDECAP a responsabilidade pela contratação da execução das mesmas. A Conselheira esclareceu ainda, que das 32 URPV's previstas, apenas 8 têm situação fundiária passível de regularização e que os demais estão em processo de desafetação ou parcelamento.

Passando aos informes gerais, o Secretário Executivo informou que a PBH, através da Procuradoria Geral do Município - PGM, entrou com uma ação na Justiça Federal contra a COPASA, cujo objeto inclui a apresentação, pela concessionária, de um Plano de Ação para universalização do sistema de esgotamento sanitário na Bacia Hidrográfica da Lagoa da Pampulha. O documento, entregue pela COPASA e analisado pela Diretoria de Gestão de Águas Urbanas – DGAU, apresenta um diagnóstico das carências por atendimento e tipifica situações diferenciadas de interligação ao sistema, para que as ligações factíveis se tornem ligações reais. O referido Plano de Ação apresenta ainda o grupo de economias com impossibilidade técnica de interligação por gravidade à rede existente e que demandaria a execução de soluções alternativas, como implantação de redes condominiais. Por fim, o documento identifica a existência de economias localizadas em áreas de urbanização precária e que demandariam intervenções estruturantes, em parcerias entre a COPASA e as Prefeituras de BH e Contagem. As Prefeituras de Belo Horizonte e Contagem e a COPASA estão elaborando uma agenda com o objetivo de definir a versão final do Plano e formalizar a sua homologação perante o Poder Judiciário, como determina a ação movida pela PGM.

O segundo informe, dado pelo Secretário Executivo, tratou do acidente ocorrido no dia 16/03/2022, quando um caminhão tombou na Bacia do Córrego Sarandi, no município de Contagem, carregado com cerca de 25 toneladas de piche. Parte dos resíduos atingiu o canal da alça esquerda que adentra a Lagoa da Pampulha, onde afluem, no mesmo ponto, os córregos Ressaca e Sarandi, exatamente à montante da entrada da ETAF operada pela Copasa. Imediatamente foram tomadas providências, sendo acionados os órgãos municipais de meio ambiente e defesa, tanto do Município de Belo Horizonte quanto de Contagem e na esfera estadual, acionou-se a FEAM, através de seu Núcleo de Emergências Ambientais. A empresa responsável foi intimada e autuada. Designou-se, então, um Grupo de Crise na PBH para gerenciar as ações emergenciais e tentar minimizar os impactos. Assim que foi comunicada, a COPASA fechou a entrada da ETAF para evitar danos à estação de tratamento. Além disso, a Administração Municipal de BH ativou uma operação de resgate da fauna, na tentativa de salvar o maior número possível de animais. Estão sendo providenciadas as análises de qualidade de água para monitorar os impactos em relação à qualidade da água do lago.

Por fim, o Secretário Executivo comunicou que a COPASA está iniciando as obras de esgotamento sanitário na região da Av. Várzea da Palma, no entorno da Vila Universo, onde residem cerca de 600 famílias. A execução desse empreendimento, cuja concepção foi proposta pela DGAU/SMOBI à COPASA, reduzirá em cerca de 95% o aporte de esgotos ao córrego, através da implantação de redes coletoras, ligações domiciliares e de duas estações elevatórias. Essas obras estarão concluídas, segundo o cronograma da Copasa, em outubro do corrente ano. A intervenção não tem caráter definitivo, mas vai contribuir para melhoria da qualidade de vida daquela população, até que a PBH tenha recursos para fazer a remoção completa da Vila, com a consequente implantação dos interceptores ao longo dos trechos hoje ocupados.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.